

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
BACHARELADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

André Geraldo Gilberto Alves Vaz

**Uma Percepção da Tragédia: análise do discurso midiático sobre o rompimento da
Barragem do Fundão, em Mariana/MG, e suas consequências**

Mariana

2021

André Geraldo Gilberto Alves Vaz

UMA PERCEPÇÃO DA TRAGÉDIA:

análise do discurso midiático sobre o rompimento da Barragem do Fundão, em
Mariana/MG, e suas consequências

Monografia apresentada ao curso de
Letras, da Universidade Federal de Ouro
Preto, para obtenção do título de Bacharel
em Letras, habilitação em Estudos
Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Melliandro Mendes
Galinari

Mariana

2021



FOLHA DE APROVAÇÃO

André Geraldo Gilberto

Uma percepção da tragédia:

Análise do discurso midiático sobre o rompimento da Barragem do Fundão em Mariana/ MG e suas consequências

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em estudos Linguísticos

Aprovada em 10 de fevereiro de 2020

Membros da banca

Prof. Dr. Melliandro Mendes Gallinari - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Rita Lages (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Geraldo Emanuel de Abreu Silva (Universidade Federal de Ouro Preto)

O prof. dr. Melliandro Mendes Galinari, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/10/2022



Documento assinado eletronicamente por **Emilio Carlos Roscoe Maciel, COORDENADOR(A) DO CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS ESTUDOS LITERÁRIOS**, em 19/10/2022, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0414278** e o código CRC **9DFFA1DB**.

RESUMO

Em 2015, a barragem de rejeitos industriais de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, rompeu causando destruição na zona rural de Mariana-MG, seguindo até a bacia hidrográfica do rio Doce, que deságua no oceano Atlântico. Uma série de conflitos socioambientais foram desencadeados, o que reverbera em grandes mídias desde então, principalmente no que tange os significados advindos de diferentes narrativas após o rompimento. Dessa forma, a presente monografia visa analisar reportagens anuais do portal G1, entre 2015 e 2021, do rompimento aos anos seguintes, acompanhando a forma que retrataram a tragédia e o processo de reparação. Para isso, utilizou-se a matriz francesa da Análise do Discurso; em especial as abordagens de Foucault, Pêcheux e Orlandi, levando em consideração, principalmente, as condições de produções discursivas ao longo das seis reportagens analisadas, em seus diferentes contextos de espaço-tempo, com uma mesma temática central. Conclui-se que há perceptíveis mudanças no tratamento da temática, ao longo dos anos, em relação aos atrasos na reparação e às polêmicas e crises minerárias; porém, ainda com possível receio de ligar os crimes ocorridos às mineradoras.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Barragem de Fundão; Estudos Linguísticos.

ABSTRACT

In 2015, the industrial tailings dam in Fundão, belonging to the mining company Samarco, failed causing destruction in the rural area of Mariana-MG, following to the river basin of the Doce River, which flows into the Atlantic Ocean. A series of socio-environmental conflicts were triggered, which reverberates in major media since then, especially about the meanings arising from different narratives after the breakup. In this way, this monograph aims to analyze annual reports from the G1 portal, between 2015 and 2021, from the breakup to the following years, following the way they portrayed the tragedy and the repair process. For this, the French matrix of Discourse Analysis was used; the approaches of Foucault, Pêcheux and Orlandi, taking into account, mainly, the conditions of discursive productions throughout the six analyzed reports, in their different contexts of space-time, with the same central theme. It is concluded that there are perceptible changes in the treatment of the theme, over the years, in relation to delays in repair and mining controversies and crises; however, there is still a possible fear of linking the crimes to the mining companies.

Key words: Discourse Analysis; Fundão Dam; Linguistic Studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Títulos das reportagens referentes ao rompimento da barragem do Fundão no dia 05 de novembro 2015 a 2020	18
Figura 1 –	Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2015	19
Figura 2 –	Texto da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2015	20
Figura 3 –	Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2016	21
Figura 4 –	Texto da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2016	22
Figura 5 –	<i>Hyperlinks</i> em tópicos da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2016	23
Figura 6 –	Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017	24
Figura 7 –	Texto da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017	25
Figura 8 –	Trechos da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017	26
Figura 9 –	Depoimentos na reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017	27
Figura 10 –	Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/201	28
Figura 11 –	Trechos da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017	29
Figura 12 –	Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2019	30
Figura 13 –	Trecho 1 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2019	31

Figura 14–	Trecho 2 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2019	32
Figura 15 –	Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2020	33
Figura 16 –	Trecho 1 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2020	34
Figura 17 –	Trecho 2 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2020	35
Figura 18 –	Trecho 3 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2020	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise do Discurso

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

BHP – *Broken Hill Proprietary*

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TTAC – Termo de Transação de Ajustamento de Conduta

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	13
3	DISCURSOS CONSTRUÍDOS ACERCA DA TRAGÉDIA	17
	3.1 2015: O ANO DO ROMPIMENTO	18
	3.2 2016: 1 ANO DE ROMPIMENTO	20
	3.3 2017: 2 ANOS DE ROMPIMENTO	23
	3.4 2018: 3 ANOS DE ROMPIMENTO	28
	3.5 2019: 4 ANOS DE ROMPIMENTO	30
	3.6 2020: 5 ANOS DE ROMPIMENTO	33
	3.7 REVERBERAÇÕES DO DISCURSO DAS MÍDIAS.....	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Sequer foi dada a chance de defesa aos que perderam suas vidas. Não houve aviso. Sequer se pode dizer que havia um plano emergencial, nada além de um esboço para cumprir tabela — e por tabela — a lei. E no decorrer dos anos em que se sucederam inúmeras ações humanas por parte das empresas envolvidas, de seus dirigentes e de seu corpo técnico (todos com ciência do sinistro iminente), referidas ações se limitaram a maquiar a realidade, buscando ganhar tempo com medidas de intervenção ambiental tecnicamente duvidosas sob o ponto de vista do conhecimento acadêmico mais elementar. (MPF, 2016, 12).

O dia 5 de novembro de 2020 foi o marco lustrado da maior tragédia ambiental brasileira, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, em Mariana, no Estado de Minas Gerais (MG). Nesse espaço de tempo, notícias adentraram as casas brasileiras, enquanto comunidades perdiam seus lares. Nunca havia sido visto tamanho desastre no Brasil (HÁ..., 2019).

Diante do exposto, o propósito da presente pesquisa visa analisar a forma como a mídia pode construir um imaginário social de desastre e reparação, as mudanças nas narrativas ao longo dos anos, levando em consideração as atividades econômicas e os espaços de luto e luta social. Lançar-se-á atenção aos conceitos que são referência para tratar do evento, assim como os focos narrativos que se divergem em tempos. Também serão abordadas questões que vêm à tona com o processo: seria possível analisar as representações dominantes do evento? Acidente ou crime? Como os principais meios de comunicação retratam, discursivamente, os atores envolvidos no processo? Para entender essa conjuntura, é preciso historicizar os acontecimentos.

Fundada em 6 de julho de 1696, Mariana foi a primeira vila, cidade e capital do estado de Minas Gerais. Durante os séculos XVII e XVIII, tornou-se uma das grandes produtoras de ouro para o Império Português. Após forte declínio econômico devido à desaceleração da extração aurífera, apenas em meados do século XX, as atenções retornaram ao município. Nesse contexto, são descobertas as maiores jazidas de ferro do Brasil, tornando-se uma grande chave para a retomada da mineração durante a década de 1960. Assim nasce a Samarco, inaugurada em 1977, devido à junção de duas empresas: Samitri e Marcona, que posteriormente foram vendidas às mineradoras Vale e BHP Billiton, respectivamente (FRANCO, 2018).

Entre 1977 e 2008, a Samarco minerou e toda a lama proveniente da extração era depositada na barragem de Germano. Quando, após o encerramento das atividades em Germano, começa a utilização da barragem de Fundão, que recebeu rejeitos até o dia 05 de novembro de 2015, quando se rompeu. Um volume de cerca de 56,6 milhões de m³ de lama,

com mais de 43,7 milhões de m³ seguindo sentido à foz do rio Doce, invadiu comunidades, causando destruição (PIMENTEL, 2018). A bacia hidrográfica do rio Doce, que banha dois estados, Minas Gerais e Espírito Santo, é totalmente atingida, afetando a economia local, atividades de pesca, a vida da fauna e flora, além de causar prejuízos relacionados ao patrimônio imaterial.

O desastre social começou no complexo minerário: as primeiras vítimas estavam na área da barragem. Funcionários da Samarco e de terceirizadas foram levados junto à lama, totalizando treze mortes e um desaparecido. Logo em seguida, atingiu o primeiro subdistrito, Bento Rodrigues, localizado a 23 km da sede Mariana, com cerca de 250 famílias. Foram aproximadamente vinte minutos do rompimento até a chegada do rejeito, causando a destruição da comunidade e cinco mortes (VEJA..., 2015). Ao seguir por cerca de duas horas, o rejeito chegou a Paracatu de Baixo, também subdistrito, onde residiam cerca de 145 famílias, também alagando a comunidade (SERRA, 2008).

O rejeito segue sentido Gesteira, terceira comunidade destruída, e rumo à Barra Longa, único município em que a lama encontrou sua sede. Dezenas de casas e comércios foram invadidos, mas não houve deslocamento da população. As próximas localidades foram os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, local da confluência que gera o rio homônimo. Na divisa de ambas, encontra-se a Hidrelétrica de Risoleta Neves (Candongia), as pessoas ao saberem da chegada do rejeito, abrem as comportas para dar vazão à água e, então, fecham-nas novamente. A barreira fez com que o material grosso não passasse para o restante do rio (LAMA..., 2015).

Em seguida, as duas semanas posteriores foram marcadas por uma destruição de diferente escala, demonstrando a heterogeneidade do desastre. Após passar pela hidrelétrica, o rejeito não ultrapassou mais a margem do rio, mantendo-se no leito e causando danos ao abastecimento hídrico e à flora e fauna marinha. Grandes complicações afetam relacionadas às comunidades indígenas aparecem, as etnias que habitam a região de Aimorés (MG) perdem o contato com o rio. Por fim, o rejeito chega à foz do rio Doce, com três comunidades destruídas, milhares de pessoas impactadas, dezenas de municípios comprometidos e uma bacia hidrográfica devastada. Naquele momento, encerraram as atividades minerárias da Samarco, apesar de ainda manter-se aberta e terem retomado sua operação em dezembro de 2020.

No momento emergencial, a Samarco, Vale e BHP Billiton tornaram-se responsáveis por auxiliar as famílias e fazer obras de contenção de rejeito, mantendo uma continuidade de erros. A mineradora responsável se recusou a pedir desculpas às famílias desabrigadas: “A Samarco também está envolvida e estamos muito solidários e muito sofredos com tudo que

aconteceu. Não acho que seja o caso de desculpa, acho que é o caso de verificar claramente o que aconteceu”, comunicava Kleber Terra, diretor de Operações e Infraestrutura no período (MENDONÇA, 2015). A retificação de sua fala veio dias depois, quando o próprio diretor-presidente da Samarco, Ricardo Viscovi, enfim, pediu desculpas por todo mal causado (LAMEIRA, 2015). O tardio pedido, quase vinte dias após o rompimento, demonstrou a ineficiência e insensibilidade em lidar com um momento tão doloroso para tantas pessoas, mas só ocorreu após severas críticas e manifestos. O início tão problemático teve como consequência, em março de 2016, a assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), uma ação civil pública que constituía a Fundação Renova, organização não-governamental privada e sem fins lucrativos, que, a partir de então, seria responsável por todo o processo de reparação.

A Fundação Renova, subsidiada pelas mineradoras, teve seus trabalhos norteados para a reparação em si, que reverte os impactos da tragédia, como a reconstrução das comunidades e pagamento de indenizações; e uma segunda via de compensação, que ressarce a sociedade pelos danos causados na vida das pessoas, como o saneamento para os municípios banhados pelo rio Doce (FUNDAÇÃO..., 2020). Dentre as diversas questões envolvendo o processo de reparação, como o longínquo tempo de tomadas de decisões, está a criação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Governança, que visa a inclusão popular nas tomadas de decisões, o que ocorreu apenas em 2018, três anos após a queda da barragem. Hoje, mais de cinco anos após a tragédia, as obras estão atrasadas.

Por isso, há a necessidade de lançar luzes sobre uma questão de interesse público, ainda pujante. Por se configurar práticas discursivas de grande pertinência, envolvendo comunidades, poder público e mineradoras. Havendo construções de representações da maior tragédia ambiental brasileira, paralelo ao grande trauma lidado, cotidianamente, com um vagaroso procedimento de reparação e ressocialização.

Além disso, uma das questões que mais se destacam no debate sobre a tragédia é a forma como a mídia retratou, variando de acordo com os entrevistados, a percepção enquanto crime, acidente, direitos e indenizações: maximizando ou minimizando os danos. Levando em consideração movimentos, espaços de luta, mas também a retomada de atividades minerárias, interesses econômicos pelos *royalties*, e eufemismos que tentam legitimar os agressores. Ou seja, como o cotidiano de um estado onde há a relação econômica com a mineração desenfreada geram falas instáveis oriundas de meios de notícias, aqui analisado, o G1.

Essas problemáticas trazem à tona questões para o fomento da pesquisa proposta, justificando-a por sua relevância social, humana, econômica e política: Qual o papel do embate

narrativo, ao longo dos anos, para a continuidade da extração minerária? Por qual motivo a tragédia vem sendo retratada de diferentes maneiras? Acredita-se que, ao trazer luz à forma que o rompimento e suas consequências têm sido retratados, pode-se contribuir para a configuração de uma pesquisa interdisciplinar e com relevância social.

O rompimento mudou a dinâmica da cidade e a paralisação da mineração na região gerou uma crise econômica municipal. Segundo o Portal G1, em quatro meses das suspensões das atividades, houve uma queda de 60% nos comércios e perda de 5 milhões em arrecadações (PROTESTO..., 2015). Em março de 2016, começaram protestos por parte da população marianense, principalmente antigos funcionários e suas famílias, para que houvesse a retomada das atividades da Samarco. Os manifestantes foram até a Arena de Mariana, local onde os atingidos foram recebidos no momento emergencial. As paralisações se prolongaram ao longo dos meses, levando centenas de pessoas a solicitar a volta da mineradora (FUNCIONÁRIOS..., 2016).

Paralelamente às iniciativas públicas e às movimentações de pessoas desejando a retomada das minerações, há os primeiros contatos do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) com as comunidades destruídas e, posteriormente, inserção de membros e novas lideranças do grupo. O movimento que fundado na década de 80, com conflitos de comunidade e hidrelétricas em âmbitos regionais, aumentou sua proporção chegando ao nível nacional. Logo após a tragédia, membros vieram a Mariana para entender o contexto e para auxiliar famílias desamparadas. Posteriormente, abraçam as lutas dos moradores e tornam sua organização fundamental para auxiliar na fiscalização e demandas comunitárias (MAB, 2020).

Enquanto os protestos ocorriam e ocorrem, a mídia, ao retratar o processo, acaba por seguir narrativas. De acordo com entrevistas e o ponto atual do conflito, ao analisarmos diferentes jornais em seus contextos de tempo, notamos que há diferentes retratos, como no jornal El País (2016) que, na matéria de um ano de rompimento, fala sobre os indícios criminosos: “Todos são suspeitos também dos crimes de inundação, desabamento e lesões corporais graves. Eles ainda foram denunciados por crimes ambientais, os mesmos que são imputados às empresas Samarco, Vale e BHP Billiton.” (SERRA, 2016). Em contrapartida, o Portal G1, ao falar sobre os protestos com uma faixa de denúncia de crime, noticia: “As famílias que sobreviveram ao acidente também participaram da celebração em Bento Rodrigues. O vilarejo foi o mais atingido pela avalanche de rejeitos que desceu da Barragem de Fundão, que pertence à mineradora Samarco.” (UM..., 2016). Nesse contexto havia, além das paralisações do MAB, manifestações de funcionários da Samarco, o que gerava escolhas de propagação pelo jornal.

Dentre as diversas formas de chegar à análise proposta, escolheu-se para a monografia a Análise do Discurso, um mecanismo teórico-metodológico, aqui utilizado na Matriz Francesa dos estudos, como aponta Pêcheux (1996, p. 64), precursor da teoria que aponta como o discurso é o efeito de sentido entre locutores, de relevância sócio-histórica para o conteúdo linguístico. Ou seja, aqui, cada ano de reportagem a ser analisada interfere nos contextos de mudanças do tempo entre uma matéria e outra.

Conforme aponta Orlandi (2001): “A Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (p. 26). A partir da colocação, um estudo sobre a construção midiática sobre uma tragédia caracteriza-se como um objeto coerente com os princípios da Análise do Discurso (AD), tendo em vista os impactos retóricos na sociedade, em função dos aspectos ideológicos presentes. Dessa forma, a presente pesquisa pretende fornecer contribuições a questões na AD, seu espaço dentro das dimensões ideológicas, através dos conflitos, e a conjuntura sócio-histórica.

As análises já existentes trazem uma série de informações que a monografia pretende elucidar, como Carneiro (2019), em sua dissertação de mestrado, procura pelo entendimento acerca das condições de produção do discurso institucional da Samarco, por meio de postagens da empresa e seus respectivos comentários. Dessa forma, a autora traz a apreensão da disputa de sentidos constituída entre a empresa e os usuários, tendo como pano de fundo as temáticas relacionadas à ruptura da barragem de Fundão. Dentre as análises, é possível ver uma expectativa de posicionamento acelerado pela mineradora, que demonstra ineficiência na propagação de informações.

Ainda, é preciso compreender as lacunas que este trabalho visa suprir. A temática do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, dentro dos campos dos estudos linguísticos havia ocorrido em outros momentos. Como no artigo publicado no II Congresso Internacional de Estudos do Discurso, pelas autoras Souza e Carrizo (2016) que analisa a textualidade da capa do jornal Estado de Minas (utilizando a matriz francesa da AD), alguns dias após o rompimento, que traz a manchete a partir da letra da canção de Renato Russo “Que país é este?”. O estudo analisa a capa e identifica a posição de um sujeito-autor que se apropria de uma formação discursiva quando seu interlocutor entende sobre o que está falando, o texto terá cumprido seu papel: uma crítica à ineficiência institucional brasileira por meio da não-fiscalização que levou à tragédia.

Ivonete Lopes (2017) publicaram um artigo na revista *Stacios*, com um recorte similar ao presente trabalho. Nesse estudo, há uma análise do enquadramento midiático com o corpus

formado por 34 matérias publicadas nos portais dos jornais Estado de Minas, Folha de São Paulo e BBC Brasil. Com o foco nas narrativas que modelam a tragédia como um acidente oriundo do acaso ou de um abalo sísmico, e como negligência da Samarco, sendo um crime ambiental. O estudo tem como conclusão certo desconhecimento sobre importantes questões inerentes às atividades minerárias, bem como do processo de licenciamento ou sobre os impactos socioambientais observados após o rompimento de barragens. Para as autoras, isso ocorre pelos interesses das mídias estarem ligados às grandes corporações e de grande capital. Apesar das similaridades, a presente monografia visa compreender as narrativas vigentes em diferentes espaços de tempo, o que demonstra um caráter que leva em consideração uma variedade maior de condições de produção do discurso.

Conforme já anunciado, a proposta para pensarmos essas conjunturas leva em consideração os conflitos narrativos existentes, para isso foi necessário compreender as condições de produção dos discursos. Dessa forma, é observada a importância de indagar, acerca das representações dominantes da tragédia, os conceitos usados para descrevê-la e o cenário usado ao retratar, discursivamente, os atores desse evento.

Este estudo está organizado em capítulos, além desta Introdução, o capítulo dois apresenta o referencial teórico-metodológico da pesquisa, o capítulo três traz as análises sobre as narrativas, especialmente dos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 do G1. Seguidas do capítulo quatro que constitui as considerações finais acerca da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para a pesquisa, seguiremos a matriz francesa da Análise do Discurso (AD), com base nas percepções foucaultianas das relações de poderes na comunicação. Partindo O discurso, segundo Pêcheux (1969), é um efeito de sentido entre locutores, afastando do estruturalismo e da gramática gerativa, que questiona às teorias de comunicação e processos comunicativos. Nesse um locutor transmitiria uma mensagem, através de um código (língua), para o receptor. Na transmissão, haveria efeitos de sentidos entre locutores, resultando, dentro de circunstâncias dadas, uma relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso.

Orlandi (1996, p. 12) aponta o discurso como efeito de sentidos, mediação. Ou seja, é um produto não transparente, atravessado pela opacidade da linguagem, pelo equívoco, pela incapacidade de atingir as coisas tais e quais elas são, pois, a linguagem não é transparente. O modo como é atribuído o sentido depende da interpretação. Porém, por um efeito ideológico, temos a ilusão de que ela tem um sentido único e isso acontece porque as condições de produção definem o movimento interpretativo. Como aponta a autora, ao analisar a pluralidade das manifestações de signos:

Porque há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural. Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significante – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele. (ORLANDI, 1996, p. 12).

Já em Foucault (2009), os discursos são formados por suas propostas, paralelo as suas formações materiais, que em diferentes escalas, atuam nos indivíduos em aspectos sociais e institucionais. A origem unívoca da produção discursiva então se torna falaciosa, já que sempre há atravessados outros discursos, ideias e vivências que geram uma base formativa. Dessa forma, o autor encontra dentro das práticas:

“Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 2009, p. 136).

Também buscamos compreender as condições de produção em que, segundo Orlandi (2009), há a possibilidade de um sentido estrito, que leva em consideração o contexto imediato, ou seja, onde e em que situação se encontram; e o sentido amplo, considerando o contexto sócio-histórico e a memória, que determina o que já é conhecido; sendo os sentidos

indissociáveis. A autora, baseando-se em Foucault (2009, p. 30-31), aponta esse momento da produção de discurso, ao acionar o contato com a memória, gera o interdiscurso, ou seja, a memória discursiva: “O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.” (ORLANDI, 2009, p. 31)

No que se refere ao sujeito, conforme Pêcheux, citado por Orlandi (2009, p. 17), “não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Logo, o sujeito, ao analisar uma produção, é afetado pela ideologia que o cerca. Enquanto, durante o processo, soa como se tivéssemos poder de escolha de definir o que dizer, mas há uma exterioridade, que influenciam todo o imaginário, há apenas a sensação de controle de ideias, como aponta Orlandi (2009):

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2009, p. 50).

Dessa forma, na AD, há a relação pela ideologia e pelo inconsciente; não é o indivíduo físico, mas o que está materializado no discurso, conforme Orlandi (1996), o discurso se materializa em textos e/ou ações, e dentro da língua ocorrendo a proliferação das ideologias. Assim, dentro dos estudos linguísticos, a AD demonstra um caminho das relações sociais frente à ciência das linguagens.

Ressalta-se, também, a posição em que um sujeito se encontra é socialmente construída ao longo de sua formação histórica. Bullard (1994) aponta como líderes de empresas fomentam articulações que mapeiam o imaginário de desenvolvimento e progresso para comunidades, criando uma ideia de que a empresa é a solução de problemas regionais, usando artifícios como dados de desemprego, respeito ao direito trabalhista, aumento da economia local, gerando uma ideia de necessidade do empreendimento para a sociedade. Há, assim, uma manipulação da comunidade, ao aceitar riscos potenciais por conta da dependência da empresa.

Orlandi (1996, p.31) apresenta, ainda, a forma como a ideologia pode ser orientar a interpretação de sentido em determinada direção, feita pela relação da linguagem, com a história e mecanismos imaginários. A ideologia, na possibilidade de orientar a interpretação, ao ser materializado na linguagem, o sujeito pode se manifestar como um agente de uma prática social. Dessa forma, o trabalho entende que o transmitido em grandes aspectos midiáticos, com a

vivência comunitária pode construir ou desconstruir aspectos políticos e corporativos vigentes no contexto de espaço aqui analisado. Assim temos a Formação Discursiva, responsável por determinar os efeitos de sentido da materialidade. Como é proposto por Pêcheux:

“chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Para Foucault (2009), a formação discursiva atua na relação de poder e desejo com o discurso, além de expressar o saber, na propagação do discurso há o poder que ele exerce. O autor apresenta a proposta de um “regime de verdade” que qualifica um discurso como verdadeiro e o coloca em circulação (p. 12). Logo, há uma série de cautelas que são levantadas, como dar atenção às dispersões, levar em consideração a singularidade de cada formação discursiva em seu momento específico.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2009, p.37)

Dessa forma, analisar um espaço de memória ainda em aberto, como as produções discursivas frente à ideologia vigente, no caso as notícias entre os anos de 2015 e 2020 do G1, do que é tido como o maior desastre ambiental brasileiro, é de suma importância para a construção de sua memória. É necessário entender como um atual grande propagador de informação lida com perspectivas de multinacionais paralelamente às comunidades que perderam tudo.

Para dimensionar de forma objetiva as percepções que foram construídas ao longo deste processo, levantaremos os noticiários dos marcos anuais da tragédia, ou seja, desde o momento de colapso da barragem (05 de novembro de 2015), além dos marcos anuais que sucederam o evento (05 de novembro de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020). O planejamento contempla esse recorte temporal devido à maior atenção que as mídias dão ao rompimento e ao processo de reparação. A concentração anual de informação faz com que haja reportagens que descrevem os acontecimentos no ano que se passou de forma concisa dentro da produção textual. Há também, a partir das entrevistas, a procura por contato com atingidos membros do Movimento de Atingidos por Barragens e com as mineradoras, demonstrando pontos de vista de acordo com

os interesses midiáticos nos entrevistados selecionados, como na colocação dos dados nas matérias.

Ao pensarmos na abrangência que o material precisa ter para a análise, escolhemos as notícias do jornal virtual G1, levando em consideração a potencialidade de propagação de conteúdo, a amplitude das notícias, que retratassem de forma geral os acontecimentos de 2015 e os eventos que passavam pelas problemáticas dos anos seguintes, como o processo de luta, e a reparação ambiental e social, paralelo à revisão da literatura, essas matérias serão levantadas para análise.

O intuito é refletir como foram retratados os discursos relacionados ao rompimento da barragem da Samarco, a partir da materialização do discurso, da forma ideológica e das escolhas que geram a formação discursiva, como ferramenta de análise, o que tange as terminologias usadas nas narrativas das mineradoras e atingidos. Para isso, far-se-á necessário estudos terminológicos, além de laudos que embasem as produções narrativas correntes. A análise das reportagens deve ser pensada enquanto as condições de produção dos discursos selecionados, entendendo as consequências políticas das mineradoras e MAB.

Como panorama, para esta pesquisa, metodologicamente, conferiu sentido o percurso dos noticiários ao longo dos anos. Isso ocorre, inicialmente, devido a uma leitura da notícia de rompimento da barragem, o ato que partiu de uma demanda profissional, logo ganhou novos contornos carecido à série de equívocos naquele intenso contexto. Seguindo para uma relação do panorama exato das escritas das reportagens dos anos posteriores, junto à contextualização anual do processo de reparação e indenização após o rompimento. Assim surgiu uma forma de análise que buscasse compreender os embates narrativos junto aos contextos sociais síncronos presentes no espaço de produção, tema do próximo capítulo.

3 DISCURSOS CONSTRUÍDOS ACERCA DO DESASTRE

O quadro 1 abaixo é uma listagem dos títulos de reportagens publicadas no dia 05 (ou dias próximos), ao longo do ano do rompimento e os cinco anos seguintes, todos conterão uma breve análise do título e do corpo do texto, focando nas condições empregadas para a produção. Dessa forma, poderemos visualizar, ao fim das análises, um contexto geral com o passar dos anos posteriores à tragédia.

Quadro 1 – Títulos das reportagens referentes ao rompimento da barragem do Fundão no dia 05 de novembro 2015 a 2020

Ano	Título da reportagem
2015	Barragem se rompe, e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana
2016	Tragédia em Mariana completa 1 ano e centenas de moradores protestam
2017	‘Nenhuma lição aprendida pelo poder público’, diz procurador após dois anos da tragédia de Mariana
2018	Três anos após tragédia de Mariana, sentir-se em casa novamente ainda é sonho de atingidos
2019	Mariana: quatro anos após rompimento de barragem, não há previsão para julgamento de responsáveis
2020	Tragédia de Mariana, 5 anos: sem julgamento ou recuperação ambiental, 5 vidas contam o impacto do período

Fonte: elaborado pelo autor com base nos levantamentos realizados pelo portal virtual G1.

Os discursos são espaços históricos e ideológicos, impregnados nos dizeres dos sujeitos e que estão sempre se movendo, passando por transformações sociais e políticas, esta lógica é essencial para o início da análise. A seguir, serão analisadas percepções das diferentes práticas discursivas em um mesmo meio, em diferentes espaços de tempo, havendo a possibilidade de diferentes formações de sentido.

Dentro das análises, há uma opção por não realizar um AD das falas dos atingidos, mesmo dentro da reportagem, fugiria do escopo da monografia e traria complexidades muito singulares, talvez percepções que não consigamos entender, afinal, para alguém que perdeu tudo, todo esforço da nossa empatia ainda é pouco e a alteridade também torna-se exercício. Isso

principalmente, porque essas pessoas já foram atingidas de formas incalculáveis ao longo destes últimos anos, sendo uma forma de não trazer seus relatos como algo a preservá-las.

A primeira reportagem, “Barragem se rompe, e enxurrada de lama destrói distrito em Mariana” (FIG. 1), publicada a menos de 2 horas após o rompimento e com atualizações durante os 16 dias seguintes, demonstra uma série de escolhas de produção a serem analisadas. Começando pelo título, podemos, no primeiro momento, analisar como o uso do “se” enquanto pronome reflexivo demonstra uma abonação de um culpado, omitir o nome da mineradora do título, paralelo a definir uma ação “romper” a algo inerte, coloca a Samarco aquém de tudo que ocorreu. Esta definição continua pela escolha da definição do que derivaria do rompimento, “enxurrada de lama”, quando, naquele contexto, já havia fotos e vídeos que demonstravam a voracidade do rejeito.

3.1 2015: O ANO DO ROMPIMENTO

Figura 1 – Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2015



Fonte: G1, 2015.

Ao pensarmos no enunciado a partir de Foucault (2009), em “A Ordem do Discurso”, a prática discursiva apresentada no título e subtítulo da reportagem, poderia configurar as formas de poder que as mineradoras exercem em Minas Gerais, uma influência das mineradoras nos meios de comunicação que consequentemente levam, por questões financeiras, ao silenciamento ou apagamento de informações.

Além disso, ainda ao analisarmos o título e subtítulo, é possível propor uma reflexão sobre condições de produção, que, a partir de Orlandi (2009), apresenta uma relação dos sujeitos e as condições em que se produz o transmitido. No caso, ao analisarmos um aspecto macro, há uma série de contemplações relacionadas ao capital oriundo das minerações que movimentam economicamente o estado de Minas Gerais. Para termos um parâmetro de temporalidade e economia, em 2014, um ano antes do rompimento, a Vale registrou lucro de R\$954 milhões, o

que demonstra o potencial financeiro de uma mineradora. Podemos notar o impacto das informações em pontos como a repetição de termos “acidente” no subtítulo, que para além das incertezas do contexto, parece haver qualquer outro termo que possa tirar a impunidade que pertencia à mineradora até então. Seguindo, no que tange o corpo do texto, temos, a princípio (FIG. 2):

Figura 2: Texto da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2015

O rompimento da barragem de rejeitos da mineradora **Samarco**, cujos donos são a **Vale** a anglo-australiana BHP, causou uma enxurrada de lama que inundou várias casas no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais, na tarde desta quinta-feira (5).

Inicialmente, a mineradora havia afirmado que duas barragens haviam se rompido, de Fundão e Santarém. No dia 16 de novembro, a Samarco confirmou que apenas a barragem de Fundão se rompeu.

O Corpo de Bombeiros de **Ouro Preto**, que tem equipes no local, confirmou uma morte e 15 desaparecidos até o momento. A vítima seria um homem que teve um mal súbito quando houve o rompimento. A identidade dele ainda não foi divulgada.



O diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de **Mariana** (Metabase), Valério Vieira dos Santos, afirma que entre 15 e 16 pessoas teriam morrido e 45 estão desaparecidas, mas ainda não há números oficiais de vítimas.

Fonte: G1, 2015.

Já no corpo da reportagem, a introdução apresenta a empresa Samarco e suas duas mantenedoras, Vale e BHP. Em seguida, há a informação que as casas de Bento Rodrigues foram inundadas, é possível perceber um uso eufêmico no termo “inundar”, um acidente de natureza, normalmente utilizado para enchentes, o que provoca um deslocamento temporário de comunidades. Entretanto, nesse caso, havia uma destruição em massa de lares, o que resultou em apenas ruínas nos subdistritos. Aqui, nas escolhas dos conceitos, como nos demais casos a serem vistos posteriormente, podem estar ligados ao modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Como aponta Orlandi (2009), ao trazer os aspectos da condição de produção do discurso compreendendo os sujeitos e a situação para além da memória discursiva.

No texto, a notícia concentra-se em apresentar dados, entrevistas do processo emergencial e apresentação de número de fatalidades e perdidos; há uma certa imprecisão das informações apresentadas, o que é compreensível devido às incertezas do contexto.

Vejamos a seguir o título da reportagem um ano após a tragédia (FIG. 3)

3.2 2016: 1 ANO DE ROMPIMENTO

Figura 3 – Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2016



Fonte: G1, 2016.

No título “Tragédia em Mariana completa 1 ano e centenas de moradores protestam” (FIG. 3), que marca um ano do rompimento da barragem de Fundão, é possível notar a terminologia de “tragédia”, a denominação difere do ano do rompimento, quando foi assinalada como “acidente”. Já o subtítulo, “Rompimento da barragem da Samarco destruiu distrito de Bento Rodrigues. Local continua em ruínas e nada mudou desde o dia da tragédia”, neste ponto há uma clareza maior a quem pertencia barragem, apresentando o pertencimento à Samarco, também o conceito de “destruir” leva em consideração a situação encontrada do subdistrito. As condições de produção (ORLANDI, 2009), lembramos aqui que não houve processos reparatórios de grande escala no primeiro ano (2016), junto às manifestações do Movimento de Atingidos por Barragens, geram um relato mais crítico às mineradoras. Podemos averiguar isso no corpo do texto da reportagem a seguir (FIG. 4).

Figura 4: Texto da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2016

A maior tragédia ambiental da história do Brasil completa um ano nesse sábado (5). Em Minas Gerais, moradores e manifestantes participam de um protesto no distrito de Bento Rodrigues, que foi destruído por causa do rompimento da barragem da Samarco.

Cerca de 400 pessoas que participam da marcha de Mariana chegaram no fim da manhã a Bento Rodrigues. Eles caminharam pelo vilarejo e participaram de um culto ecumênico. O grupo faz parte do Movimento dos Atingidos por Barragens, que saiu de Regência, no Espírito Santo, na última segunda-feira (31), e percorreu 700 quilômetros até chegar a Mariana.

Eles foram dar apoio às vítimas do acidente e participar de atividades e debates sobre saúde e direitos humanos dos atingidos pela tragédia.



DE VOLTA AO RIO DOCE
G1 refaz viagem pelo caminho da lama

o especial de 2015

“As pessoas atingidas estão muito angustiadas sobre como vai ser o futuro. Há uma grande incerteza de como vai ser a definição a minha casa, da minha vida definitiva. Ainda é tudo muito provisório, o cartão do salário mínimo é provisório, é uma coisa que não é pra sempre, a casa é provisória”, relata Letícia de Oliveira, coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Fonte: G1, 2016.

Já no corpo da matéria (FIG. 4), é possível observar o termo “acidente” aparecendo como parte do texto, além também da ausência de informações dos moradores das outras duas comunidades destruídas (Paracatu de Baixo e Gesteira). No contexto da produção do texto, um ano após o rompimento, uma série de informações já estava disponível, o que demonstra uma falta de tato ao contextualizar a tragédia com maior profundidade, mesmo que a reportagem contenha *hyperlinks* em tópicos na lateral esquerda da página (FIG. 5).

Figura 5 – *Hyperlinks* em tópicos da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2016

dia 1	<p>As famílias que sobreviveram ao acidente também participaram da celebração em Bento Rodrigues. O vilarejo foi o mais atingido pela avalanche de rejeitos que desceu da Barragem de Fundão, que pertence à mineradora Samarco.</p> <p>Durante o culto religioso, uma encenação com pessoas sujas de lama lembrou o drama vivido pelas vítimas. Os manifestantes também carregaram cruzeiros para homenagear os 19 trabalhadores e moradores que morreram na tragédia.</p> <p>"Eu perdi minha neta aqui e um pedaço de mim foi embora", lamenta Hermínia Monteiro, avó de Emanuele.</p> <p>Bento Rodrigues continua em ruínas e nada mudou desde o dia da tragédia. O local vai ser inundado para a construção de um dique, que deve conter os rejeitos que ainda estão espalhados na área da barragem que se rompeu.</p>
dia 2	
dia 3	
dia 4	
dia 5	
dia 6	
dia 7	

Fonte: G1, 2016.

Nessa reportagem, é possível compreender sobre o não dito, a influência do contexto sócio-histórico, há um problema em curso, porém não há abertura real da informação, ou seja, que as pessoas foram vítimas de um crime em uma situação de barbárie extrema. O discurso é mais do que comunicar aqui, é também uma escolha, como o sentido amplo apontado por Orlandi (2009). Já que há uma problemática muito grande do encontro da comunidade em seu espaço atingido, enquanto clamam por reparações e suporte, ao mesmo tempo que apenas citam que a área atingida será inundada. Verifica-se uma ausência de detalhamentos que traz muitas informações sobre as opções de não retratar mais informações sobre a Samarco, como o simples fato de já haver nesta data os levantamentos pela causa do crime, mesmo que aponte a futura inundação, a construção de diques de contenção e os rejeitos que ainda descem da barragem rompida.

3.3 2017: 2 ANOS DE ROMPIMENTO

Figura 6 – Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017



Fonte: G1, 2017.

Ao analisarmos a matéria que tem o título “‘Nenhuma lição aprendida pelo poder público’, diz procurador após dois anos da tragédia de Mariana”, relata sobre os dois anos do rompimento da barragem (FIG. 6), percebemos um novo ator que ainda não havia sido explorado durante o processo, o poder público. Este aparece como alvo de críticas por parte do poder judiciário, com a escolha de uma citação que induz ao descontentamento e demonstra o sentido que será encontrado no texto. Dessa forma, há um afastamento do redator, ao mesmo tempo em que ele concorda com a afirmação, colocando-a em destaque. De fato, o subtítulo aponta os equívocos ao executivo e legislativo, mas as mineradoras responsáveis pela barragem, incluindo nominalmente a Samarco, parecem ser isentas de respostas ao crime, afinal, são citadas as “medidas reparadoras”.

No subtítulo, “Coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), José Adércio Leite Sampaio, criticou a atuação do Executivo e Legislativo, além das medidas reparadoras adotadas pela Samarco”, a crítica torna-se mais clara ao notarmos um rompimento entre os poderes, assim como as medidas de reparação da Samarco. O conjunto título e subtítulo demonstram uma série de fatores, podendo elencar a quebra da expectativa de reparação após dois anos de rompimento, a falha institucional de diversos atores neste processo e, pela primeira vez, uma crítica contundente à Samarco, mesmo que necessário um intermédio do MPF.

Passados dois anos, temos possibilidades de análise das condições de produção do discurso mais específicas, nesse contexto, o MPF já havia realizado, no mês de abril de 2017, o laudo técnico do rompimento, que continha a ação civil pública, que deu origem à Fundação Renova por meio do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Logo, diferente do rompimento, quando o espaço era incerto acerca do que foi a tragédia, e do primeiro ano que sucedeu o evento, quando as consequências ainda eram estudadas, o segundo ano já traz maior conhecimento técnico daquilo que ocorreu em 5 de novembro de 2015. Podemos ver isso ao longo do corpo da matéria (FIG. 7).

Figura 7 – Texto da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017

O procurador da República José Adércio Leite Sampaio, coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal criada para apurar o desastre ambiental em Mariana, criticou a atuação do poder público e as medidas adotadas pela Samarco passados dois anos do rompimento da barragem de Fundão, na Região Central de Minas Gerais. "O que nós podemos dizer, dois anos passados, não houve nenhuma lição aprendida pelo poder público, especialmente Executivo e Legislativo, e parece até que esperam que uma outra tragédia aconteça, o que é lamentável", afirmou.

A declaração foi dada durante entrevista à reportagem da TV Globo Minas na manhã desta segunda-feira (6). Sampaio também questionou o poder de controle do governo. "Nós temos cerca de 23 mil barragens no Brasil, dessas 23, três mil são cadastradas e dessas três mil cadastradas, cerca de 18% têm informações completas. Em outras palavras: o Executivo não tem conhecimento da realidade dos riscos que essas barragens apresentam", completou.

Fonte: G1, 2017.

Na matéria (FIG. 7) parte da entrevista concedida à TV Globo Minas pelo procurador da república, José Adércio Leite Sampaio. Há uma série de escolhas narrativas para contextualizar os argumentos apresentados pelo entrevistado. No texto, o ocorrido é representado como “desastre ambiental”, essa escolha pode ter relação com uma série de

fatores, o primeiro seria o laudo do MPF, que classifica como “crime ambiental”. Nesse contexto, é importante ressaltar que houve diversos prejuízos sociais como já apresentados, porém, não se enquadram enquanto crimes. Dessa forma, acredito que há uma escolha em focar no ambiental, tendo em vista a não nomenclatura oficial da tragédia social. Outro ponto pertinente baseado no laudo do MPF, pelo sentido estreito da condição de produção do discurso de Orlandi (2009), seria o enquadramento de crime ambiental, o que também não é citado na matéria e isso demonstra que, mesmo com o descontentamento, ainda há certo receio quanto à forma em que empregam os termos. Por fim, o relato do procurador demonstra uma inércia sobre as realidades das barragens e a inércia no entorno (FIG. 8).

Figura 8 – Trechos da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017

O **desastre ambiental ocorrido em 5 de novembro de 2015** é o maior da história do Brasil e deixou 19 mortos, além de danos à natureza. **Veja fotos do distrito de Bento Rodrigues**, que foi devastado pelo rompimento. A barragem de Fundão pertence à mineradora Samarco – cujas controladoras são a Vale e a BHP.

O procurador afirmou que a legislação atual protege o empreendedor e que há "uma grande decepção" quando o assunto é segurança em barragem. "A legislação que possibilitou a ocorrência da tragédia não foi modificada, ela é uma legislação lacunosa, falha, que dá poderes demais ao empreendedor. Ao mesmo tempo, o sistema de fiscalização continua sucateado, houve uma mudança do DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral], que é o órgão que fiscaliza essas barragens do ponto de vista do governo federal. O departamento foi transformado em agência, mas a estrutura continua a mesma", criticou.

Em janeiro de 2016, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, sancionou uma **lei que flexibiliza o licenciamento ambiental no estado**, tirando a independência do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

"Até te diria que se o governo tivesse aplicado o dinheiro que já existia previsto para o DNPM na estruturação do órgão, o cenário poderia ser outro. Eu digo isso por quê? Porque 95% dos royalties que são destinados ao DNPM foram contingenciados, não foram aplicados. E, hoje, o que nós temos? A mesma situação. O corpo de fiscais continua muito pequeno, é o mesmo que nós tínhamos em novembro de 2015", disse.

Fonte: G1, 2017.

Nessa reportagem, há uma breve contextualização do rompimento, informa a data e novamente se refere a um “desastre ambiental”, neste momento o enunciador, ao incidir sobre o estado a culpa do crime, pode isentar a empresa, mesmo com o registro de o número de óbitos. O que demonstra a pertinência dos prejuízos sociais, mesmo que não citados anteriormente. Em seguida, a matéria foca em entrevistas, trazendo relatos diretos da empresa Samarco e da Fundação Renova (FIG. 9). A nota da empresa, mais uma vez, aparece como um caminho de amplificar o espaço de defesa, mesmo que ela não utilize desta lógica, para colocar uma forma de que suas iniciativas pós-rompimento são o suficiente para não tratar sobre o crime.

Figura 9 – Depoimentos na reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2017.

Procurada pelo **G1**, a mineradora Samarco se manifestou por meio de nota, afirmando que já investiu R\$ 2,5 bilhões em ações de reparação e compensação:

“A Samarco esclarece que as ações para reconstrução e recuperação do meio ambiente e das comunidades impactadas tiveram início logo após o rompimento da barragem de Fundão. Desde novembro de 2015, até agosto deste ano, foram desembolsados R\$ 2,5 bilhões nas ações de reparação e compensação, que foram iniciadas pela empresa e assumidas pela Fundação Renova em agosto de 2016. Na condição de mantenedora da Fundação Renova, a Samarco segue comprometida com todos os programas de reparação, mitigação e compensação assumidos no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em março de 2016, com os governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo”.

A Fundação Renova afirmou que “as medidas de reparação receberam aportes de R\$ 2,5 bilhões, de um total de R\$ 11,1 bilhões previstos até 2030”. Disse também, que entre os 42 programas e projetos, a prioridade é o “reassentamento das comunidades, indenizações e melhoria da qualidade da água na bacia do Rio Doce”, o que ainda não ocorreu.

Conforme a Fundação, o orçamento previsto para o total de indenizações está entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões.

Fonte: G1, 2017.

Por fim, o enunciador dá uma piscadela ao descontrole do processo de reparação. Ao trazer as informações sobre a Fundação Renova, aponta o valor total esperado para o processo de reparação e indenização, assim como o restauro ambiental. Há uma escolha em apresentar que o direcionamento da verba, especificado como projetos e programas, não havia ocorrido de fato, chegando ao fim da reportagem onde demonstra incompatibilidade do valor apresentado por entrevista ao encontrado nos projetos oficiais. Um aceno à mudança de tratamento pela mídia, afinal, há um ponto onde mesmo nas entrelinhas, tamanhos absurdos começam a ser denunciados.

3.4 2018: 3 ANOS DE ROMPIMENTO

Figura 10 – Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2018



Fonte: G1, 2018.

O título da reportagem “Três anos após tragédia de Mariana, sentir-se em casa novamente ainda é sonho de atingidos” demonstra o foco da reportagem nos atrasos no processo de reparação, em especial, aos reassentamentos. Isso é evidenciado pelo subtítulo, “Obras de novo Bento Rodrigues, distrito de Mariana, foram iniciadas e moradores começam a fazer projetos de imóveis e de vida. Já em Gesteira, distrito de Barra Longa, início dos trabalhos para reconstruir a comunidade segue em data definitiva.”, que traz escolhas pertinentes para a presente pesquisa. Primeiro, pela escolha em nomear o subdistrito de Bento Rodrigues como distrito, algo que passa despercebido, mas aumenta a atenção e a sensação de urgência.

O “sonho” utilizado pelo enunciador ainda pode ser uma escolha léxica contestável, tendo em vista que o conceito se relaciona à fantasia, desvanecio ou ilusão, quando, na verdade, trata-se de expectativa frente aos atrasos cotidianos vivenciados por essas pessoas. Para além, parece haver uma tentativa de sensibilizar o público que as casas serão a saída perfeita, sendo que na verdade, é um direito que está sendo dado aos atingidos.

Ressaltamos a escolha em não citar Paracatu de Baixo, segunda comunidade destruída, que contempla aproximadamente 150 famílias, enquanto Gesteira, citada no subtítulo, contém 30, um parâmetro um pouco rudimentar já que indiferente da quantidade de famílias, é importante sua divulgação, mas para fins de escolhas podemos levantar essa informação. As

condições de produção em 2018 levam a um contexto, onde não havia sido sequer comprado as terras onde seria o reassentamento de Gesteira, enquanto Paracatu de Baixo encontrava-se em um meio termo, não tão adiantado quanto Bento Rodrigues, nem tão atrasado quanto Gesteira; situação que persiste até o presente momento. Quando há uma relação entre duas informações, mesmo que em um mesmo sentido, no caso os atrasos, é importante evidenciar esses dois contrapontos para mensurar a necessidade de urgência para um dos pontos.

Figura 11– Trechos da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2018

Em agosto deste ano, mais de dois anos e meio depois do rompimento da barragem da Samarco, cujas donas são a Vale a BHP Billiton, o desejo de Weberson de voltar a se sentir em casa começou a ganhar fôlego com **o início das obras para o reassentamento da comunidade**. No terreno conhecido como Lavoura, que fica a cerca de oito quilômetros da sede de Mariana, e a nove quilômetros das ruínas de Bento Rodrigues, máquinas e trabalhadores preparam o local para a construção das casas, que ainda não começou.

Atualmente, a obra está na fase de infraestrutura, com retirada da vegetação, iniciando a terraplenagem e a abertura de acessos. Ao mesmo tempo, moradores como Weberson começam a fazer os projetos dos imóveis.

No terreno, ainda não é possível enxergar estruturas que lembrem o distrito destruído. De acordo com a gerente de reassentamento da Renova - fundação criada pelas empresas para os trabalhos de recuperação e atendimento aos atingidos -, Patrícia Lois, a previsão é que os novos imóveis sejam entregues aos moradores em 2020 – ano em que o maior desastre ambiental do país completará cinco anos.

Fonte: G1, 2018.

No corpo do texto (FIG. 11), há o início de uma apresentação, novamente, de que a barragem de rejeitos pertencia à Samarco, cujas donas são outras duas mineradoras, Vale e BHP. Porém, diferente do título e subtítulo, o texto tem um teor de esperança, contrapondo à distância “do sonho pela casa” trazida anteriormente sem aproximação ao nome das mineradoras. Após, há uma fala da gerente de reassentamentos da Fundação Renova, que relata previsão de entrega, informação também trazida sem o clamor anteriormente empregado às datas. A matéria segue entrevistas às mineradoras, atingidos e Fundação Renova; todos explicam o ponto de obras do Reassentamento (terraplanagem) e expectativas para os próximos anos de construção.

Já o título da reportagem do quarto ano após o rompimento da barragem, 2019, traz maior tom de revolta, justamente pela ausência de celeridade em todo o processo (FIG. 12).

3.5 2019: 4 ANOS DE ROMPIMENTO

Figura 12 – Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2019



Fonte: G1, 2019.

Enquanto as matérias jornalísticas dos anos 2016, 2017 e 2018 demonstram certa indignação devido aos atrasos das obras, a matéria do quarto ano, que tem o título “Mariana: quatro anos após rompimento de barragem, não há previsão para julgamento de responsáveis” (FIG. 12) foca o atraso judicial. Em seu título, é possível notar a atenção esperada à reportagem pelo deslocamento do nome da cidade do restante da frase. Isto é, chama a atenção primeiramente ao município, já marcado pela tragédia, seguido de duas informações que causam revolta: assinala o tempo, quatro anos de uma tragédia e a sua não resolução, demonstrando a imprecisão da jurisprudência do caso. O subtítulo, “Todos aguardam julgamento em liberdade e estão livres da acusação de homicídio”, ao contrário dos anos anteriores, é menor que o título, lançando atenção maior ao título.

Ao ler o texto, percebemos que se trata de uma matéria diferente das demais, pelas condições de produção vigentes, pensar que até então mascaravam em meio aos textos as mortes, resguardavam-se em meio aos poderes exercidos pelas mineradoras e o capital de giro que traziam às cidades, focavam em um ponto que, porém, em janeiro de 2019, poucos meses após a matéria de 3 anos, ocorre o rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG, onde, mesmo com um nível inferior de rejeitos atingindo uma bacia

hidrográfica, há um assustador número de 270 mortos. Logo, direcionar a matéria para as fatalidades seria inevitável. Acreditamos que, nesse ponto, há a inevitabilidade da relação, segundo Orlandi (2009), como a “relação de sentidos”, segundo a qual não há discurso que não se relacione com outros, uma interdiscursividade. Um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros.

Figura 13 – Trecho 1 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2019

Passados quase quatro anos do **rompimento da barragem da Samarco**, em Mariana, os responsáveis pela tragédia, que em novembro de 2015 destruiu três distritos e resultou em 19 mortes e em um aborto, respondem, em liberdade, por inundação qualificada e estão livres da acusação de homicídio. Não há previsão para o julgamento. O número de atingidos ao longo dos cerca de 700 km do Rio Doce ainda é impreciso.

Fonte: G1, 2019.

No corpo da reportagem (FIG. 12), mesmo com o tom apresentado no título, o rompimento é apresentado como tragédia, por mais que seja um termo que não seja eufêmico como “acidente”, apresenta uma quebra da expectativa, tendo em vista os constantes lembretes apresentados de que se trata de um crime em jurisprudência. Isso posto, mesmo com a existência dos atingidos, com a confirmação documental pelo MPF e com o teor da matéria, ainda assim, não é nomeado como crime. O fim do primeiro parágrafo, ao expor a imprecisão do número de pessoas atingidas ao longo dos 700 km que o rejeito passa, de Mariana à foz do rio Doce, é justamente sobre a imensidão do crime.

Figura 14: Trecho 2 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2019

Após o rompimento da barragem, **quatro empresas e 22 pessoas se tornaram réis**, em 2016. Vinte e uma delas foram acusadas de homicídio e lesão corporal, entre outros crimes. Treze foram excluídas por decisões judiciais e não vão responder por nenhum crime, segundo Ministério Público Federal (MPF).

Em abril deste ano, **as acusações de homicídios e lesão corporal foram retiradas da ação penal**. Isso significa que os acusados não vão mais a júri popular pelas 19 mortes. Eles vão responder apenas pelos crimes de inundação qualificada, porque resultou em morte, desabamento e 12 crimes ambientais.

As empresas Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton Brasil respondem a pelos mesmos 12 crimes ambientais. Já a VogBr responde por emissão de laudo falso ou enganoso.

O crime de inundação tem pena de 6 a 12 anos em caso de ação dolosa (crime qualificado pelo resultado morte).

Fonte: G1, 2019.

Em continuidade, há os enquadramentos e a quantidade de pessoas envolvidas nos processos, incluindo as empresas. Para além, há duas informações pertinentes que falam sobre a ideologia vigente nesse processo. Primeiro, ao notificar que as acusações de homicídios foram retiradas da ação penal, porém sem explicar o porquê da retirada, mantendo apenas o número de doze crimes ambientais, é a primeira vez que falam em crime. Acredito que isso ocorra devido à força da ideologia minerária, os nomes por serem parte de um processo podem ser utilizados, mas parece haver cautelas por parte do enunciador. O segundo ponto, justamente sobre as continuidades nos apontamentos enquanto crime, demonstram como há uma escolha em primeiro falar sobre a ausência e retirada dos crimes de homicídios, para, ao relacionar com as mineradoras, haver apenas a relação com os crimes ambientais.

Acreditamos que haja um afastamento das culpas e dos contextos às mineradoras, responsáveis pelo rompimento, mesmo após os laudos e atrasos, afinal, parte do contexto sócio-histórico da ideologia capitalista minerária vigente em Minas Gerais faria com que houvesse o receio de indicação direta da mineradora. Ou seja, interesses das mídias em não noticiar fatos que possam incriminar seus anunciantes ou patrocinadores. Logo, ao pensarmos nas escolhas, seguindo Pêcheux (1988), pode ocorrer por dois motivos: o receio de relacionar diretamente o crime às mineradoras antes do fim do processo ou o desejo de não relacionar devido à forma como ocorreu o rompimento.

Pois, nota-se que, em ambos os casos, há uma omissão do jornal ao tratar de um tema tão pertinente. Ao prosseguirmos com a leitura do documento, encontramos os nomes das pessoas na ação penal, seguidos por notas do MPF e da Fundação Renova. Sem relatos de atingidos, que, neste contexto de atrasos, poderiam trazer à tona as denúncias de forma direta sobre as atrocidades realizadas pelas mineradoras, justamente o que os textos jornalísticos visam eufemizar.

3.5 2020: 5 ANOS DE ROMPIMENTO

Figura 15 – Título da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2020



Fonte: G1, 2020.

Por fim, a última reportagem a ser analisada tem como título “Tragédia de Mariana, 5 anos: sem julgamento ou recuperação ambiental, 5 vidas contam o impacto do período” e traz uma série de lacunas narrativas deixadas ao longo dos anos pelo G1, desde os julgamentos e a tragédia ambiental que focaram nos últimos anos, como também a ausência de relatos dos atingidos sobre o rompimento da barragem. O subtítulo, “G1 relembra o desastre pela perspectiva de cinco atingidos diretamente por ele: um sobrevivente, um bombeiro, um promotor, uma ativista e um pescador”, apresenta como diferentes perspectivas constroem o que sabemos sobre a tragédia, ou seja, devido à magnitude é realmente um desafio mensurar ou transmitir informações completas sobre, porém, uma forma é que realmente ouvir os atores envolvidos.

Figura 16 – Trecho 1 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2020

Esperança, preparação para o inesperado, injustiça, tristeza e revolta. Nesta quinta-feira (5), o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), completa cinco anos e, com essas palavras e expressões, cinco pessoas que tiveram as vidas impactadas pelo maior desastre ambiental do país resumem estes 60 meses.



Rompimento de barragem da Samarco, em Mariana, completa cinco anos

A barragem da Samarco, cujas donas são a Vale e BHP Billiton, rompeu-se na tarde do dia 5 de novembro de 2015, provocando 19 mortes. Além de destruir casas, o mar de lama devastou o Rio Doce e atingiu o oceano no Espírito Santo.

Fonte: G1, 2020.

É importante salientar que em 2020, ano em que o rompimento completou cinco anos, houve uma atualização de funcionalidades no portal G1. No corpo do texto (FIG. 17), é possível visualizar focos de atenção por meio de marcações de texto na cor rosa, importante para que possamos visualizar os destaques desejados pelo enunciadador. Nessa reportagem, ocorre a marcação em dois pontos, ao anunciar os cinco anos que se completaram da tragédia e o número de mortes. Há também uma opção textual em mencionar os sessenta meses. Consideramos uma interessante escolha, pois demonstra a longevidade do processo, o número maior em outro recorte de tempo faz com que a compreensão de urgência seja ainda avassaladora.

Figura 17 – Trecho 2 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2020

Nestes mais de 1,8 mil dias, **os responsáveis pela tragédia não foram julgados**. Em 2019, o crime de homicídio foi retirado do processo. As mortes provocadas pelo rompimento da barragem foram consideradas pela Justiça como consequência da inundação causada pelo rompimento.

Durante este período, as comunidades destruídas **não foram reconstruídas** e ainda faltam respostas para a recuperação do meio ambiente.

Fonte: G1, 2020.

A escolha numérica para assinalar um quantitativo de anos, para meses e, atualmente, dias, ou seja, expor o número de 1,8 mil dias lembra-nos a necessidade das pessoas à espera de respostas e de reparação para os atingidos, que inevitavelmente fazem os atingidos contar os dias para o fim dessa angústia. A reportagem segue para uma explicação da retirada da notícia sobre os 4 anos do ocorrido, o porquê da retirada do crime de homicídio do processo: a perda das vidas foram consideradas como consequência da inundação, um importante ponto que ficou de fora da matéria do ano anterior. Aqui podemos pensar ainda na transição de postura adotada pelo G1.

O parágrafo seguinte (FIG. 18) demonstra parte principal da revolta das comunidades, é possível virada de chave na forma de relatar o contexto, a não reconstrução das comunidades após mais de cinco anos e a ausência de respostas sobre a recuperação do meio ambiente. Mesmo nos dois anos seguintes ao rompimento, quando havia protestos por parte das comunidades sobre o rompimento já relatando atrasos no processo, com o passar do tempo ficam mais gritantes as falhas.

Figura 18 – Trecho 3 da reportagem sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, 05/11/2020

Em mais um dia 5 de novembro sem a reparação definitiva dos danos causados rompimento da barragem, o **G1** relembra os primeiros momentos do desastre pela perspectiva de cinco atingidos: **um sobrevivente, um bombeiro, um promotor, uma ativista e um pescador.** Eles também falam sobre impactos da tragédia em suas vidas ao longo desses cinco anos.

Fonte: G1, 2020.

Por fim, no parágrafo anterior aos relatos trazem mais uma construção textual que relaciona diretamente com a condição de produção do discurso que o jornalista está inserido: “em mais um dia 5 de novembro sem a reparação definitiva [...]”. Novamente há um clamor sobre os atrasos, essa urgência diz sobre não ser mais tolerável esperar tanto tempo para um processo tão denso. O parágrafo é encerrado após apresentar os cinco atingidos como no subtítulo (FIG. 15) — assinalados com cor em destaque — trazendo como eixo das narrativas o impacto da tragédia ao longo dos cinco anos. Dessa vez, referem-se ao ocorrido como “tragédia”, não havendo mais referências ao rompimento como acidente ou desastre, há uma deixa de eufemização muito pertinente devido à revolta vivida. Após, a matéria apresenta os relatos dos entrevistados.

3.7 REVERBERAÇÕES DO DISCURSO DAS MÍDIAS

Para Pêcheux (1998), o discurso torna-se uma prática não apenas de representação do mundo, mas, também, de significação do mundo. Constituindo e construindo o mundo em significado. Após a análise dessas 6 reportagens, podemos pensar uma série de fatores relacionados ao rompimento que podem amplificar a percepção dos leitores acerca da tragédia. Ao pensarmos o possível imaginário social transmitido pelos noticiários, como apresentado na introdução deste trabalho, podemos pensar em como Foucault (2009) relaciona os sistemas de pensamentos e conhecimentos, no caso, também as formações discursivas, em suas lógicas que mecanizam consciência de sujeitos (aqui, diferente do sujeito discursivo apresentado anteriormente por Orlandi, 1996), definindo-o em um sistema que pode delimitar o uso da linguagem em recorte temporal acerca de algum acontecimento.

O porquê desta chamada reverberação discursiva pode ser encarada pela prática de análise do G1 em paralelo a outras mídias e ao próprio jornal em suas diferentes temporalidades. Como apontado no exemplo supracitado do El País (2016), onde mesmo com curto espaço de tempo do rompimento, há uma delicadeza maior ao abordar um noticiário que necessita de grande cautela, afinal, há uma relação com a vida e o ambiente de outras pessoas.

É possível notar que houve uma lógica de interdiscurso (ORLANDI, 2009), quando a narrativa produzida a cada ano é afetada pela situação em que está inserida, principalmente no ano em que ocorre também o rompimento da Barragem de Brumadinho, neste contexto podemos notar como a memória discursiva atua e tem papel fundamental para a construção das percepções dentro de uma reportagem.

Por fim, ao trazermos o regime de verdade (FOUCAULT, 2009), onde há um interesse político ou econômico, pode-se notar o cuidado nos apontamentos às mineradoras, há uma linha muito tênue que carrega três características: o respeito, o medo e o cordial; todos ao tratarem sobre um inegável crime oriundo do processo minerário. Como aponta Bullard (1994), há a construção da ideia de que a empresa é a solução dos problemas, criando um círculo onde a empresa coloca-se como uma necessidade social, e a mídia cria mecanismos de reciclagem desta ideia, amenizando situações e relativizando acontecimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, quanto mais o aproximar do presente do trabalho, maior distância das percepções iniciais acerca da tragédia. Acredito, assim como aponta Orlandi (2009), não haver uma inocência nas incoerências narrativas; mas sim um reflexo da ideologia vigente. Para além do básico e lógico sistema capitalista dominante no ocidente, mas, principalmente, à força que a mineração carrega em Minas Gerais, um estado que carrega em seu nome um fardo econômico que joga em seus habitantes, como forma de sobrevivência,

Por fim, ao pensarmos nos sujeitos dentro deste imaginário que escreveram as reportagens, poderíamos realmente levantar que houve sim um receio institucional em trazer uma versão mais crua e menos gelatinosa de uma história que tanto dói, afinal, poderia haver processos, inocentes, linchamentos públicos, diversos agravantes que uma notícia pode trazer. Mas, mais do que isso, mesmo com os laudos oficiais, os julgamentos, os atrasos e descasos, ainda assim opta-se por relativizar.

Defender o indefensável... trazer à tona uma percepção daquilo que muito me incomoda na reportagem de 2019: ver relativizações ao longo dos anos anteriores, e ao enfim trazer como protagonistas os atores do processo, esperar por eles para realmente um tom de denúncia vir à tona. Mais de 5 anos. Aproximei-me de outra forma do objeto neste encerramento porque noto, como também parte do ambiente em que estou inserido para este trabalho, a necessidade de salientar que não há perdão. Minhas escolhas narrativas, como tragédia e crime, representaram percepções sociais e técnicas que ainda podem ser visitadas.

Por fim, a percepção foucaultiana (2009) uma importante percepção que aqui encerra o trabalho, a relação em que diferentes tempos podem enunciar um objeto, os conflitos existentes entre temporalidades, tornam-nos individuais. Enquanto podemos notar a importância de compreendermos o sujeito em sua ideologia para formar a condição de produção do discurso, como apontam Pêcheux (1998) e Orlandi (2009). Cada ano torna a percepção da tragédia individual, mas é possível notar como diferentes acontecimentos em diferentes espaços de tempo tornam a tragédia múltipla, com camadas diferentes a cada ano.

REFERÊNCIAS

BARRAGEM se rompe, e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana. *GI*, Minas Gerais, 05 de nov. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>> . Acesso: 25 de mar. de 2021

BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie: race, class and environmental quality*. Boulder: Westview Press, 1994.

CARNEIRO, Dayana Cristina Barboza. *Comunicação organizacional e discurso: Disputa de sentidos na fanpage da Samarco a partir da ruptura da barragem de Fundão em Mariana-MG*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

FONTES, Roberta Neves; LOPES, Ivonete da Silva. *As representações da mídia sobre o rompimento da barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais*. Revista Espacius, Caracas, Venezuela, vol. 38, n. 34, 2017, p. 32-46.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCO, Alice. *Quadrilátero Ferrífero: Preservação X Mineração, Minas Jr.* 18 de out. de 2018. Disponível em: <<https://www.minasjr.com.br/quadrilatero-ferrifero/>> Acesso em: 10 de set. de 2020.

FUNCIÓNÁRIOS da Samarco fazem novo protesto por volta de empresa. *GI*, 24 de mai. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/05-funcionarios-da-samarco-fazem-novo-protesto-por-volta-de-empresa.html>>. Acesso em: 08 de set 2020

FUNDAÇÃO RENOVA. *Fundação Renova*, 2020. Sobre o Termo. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo>>. Acesso em: 02 set. 2020.

HÁ 3 anos rompimento de Mariana causou maior desastre ambiental do país e matou 19 pessoas. *GI*, São Paulo, 25 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ha-3-anos-rompimento-de-barragem-de-mariana-causou-maior-desastre-ambiental-do-pais-e-matou-19-pessoas.ghtml>>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

LAMA de barragens atinge áreas a até 100 km de distância em MG. *GI*, São Paulo, 06 de nov. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/hidreletrica-100-km-e-afetada-por-lama-do-rompimento-de-barragens.html>>. Acesso em: 10 de set. de 2020

LAMEIRA, Gustavo. *Diretor-presidente da Samarco pede desculpas por tragédia em Mariana*. *O Tempo*, 23 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/diretor-presidente-da-samarco-pede-desculpas-por-tragedia-em-mariana-1.1175796>>. Acesso em: 10 set. 2020

MARIANA: quatro anos após rompimento de barragem, não há previsão para julgamento de responsáveis. *GI*, 05 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/11/05/tragedia-de-mariana-5-anos-sem-julgamento-ou-recuperacao-ambiental-5-vidas-contam-os-impactos-no-periodo.ghtml>>. Acesso em: 12 de mar. de 2021

MENDONÇA, Heloisa. *Samarco cita risco de rompimento e diz que não é hora de pedir desculpas*. *El País*, São Paulo, 17 de nov. de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015-11/17/politica/1447795691_652327.html> Acesso em: 02 set. 2020.

MOVIMENTO Atingidos Pela Barragem. *MAB*, 2020. Quem Somos. Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 02 set. 2020

NENHUMA lição aprendida pelo poder público’, diz procurador após dois anos da tragédia de Mariana. *GI*, Minas Gerais, 06 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/nenhuma-licao-aprendida-pelo-poder-publico-diz-procurador-apos-dois-anos-da-tragedia-de-mariana.ghtml>>. Acesso em 4 de abr. de 2021

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed., Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____; FUCHS, C. *A propósito da análise automática do discurso*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PIMENTAL, Thais. *Quantidade de lama que vazou de barragem em Mariana equivale a um 'Pão de Açúcar', diz presidente da Fundação Renova*. G1, Belo Horizonte, 05 de jul. de 2018./07/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/quantidade-de-lama-que-vazou-de-barragem-em-mariana-equivale-a-um-pao-de-acucar-diz-presidente-da-fundacao-renova.ghtml>> Acesso em: 02 set. 2020.

PROTESTO pede volta das atividades da Samarco em Mariana. *G1*, 12 de mar. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/03/protesto-pede-volta-das-atividades-da-samarco-em-mariana.html>>. Acesso em: 05 set. 2020.

SERRA, Cristina. *Tragédia em Mariana*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2008.

SOUZA, Elayne Silva de; CARRIZO, Valquírea Areal. *Análise de texto sob a ótica da Linguística Textual e da Análise do Discurso: um objeto e dois pontos de vista*. Estudos do Discurso II - O poder do discurso e o discurso do poder. Editora Paulistana, São Paulo, 2018, p. 158-175.

TRAGÉDIA de Mariana, 5 anos: sem julgamento ou recuperação ambiental, 5 vidas contam o impacto do período. *G1*, 05 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/11/05/tragedia-de-mariana-5-anos-sem-julgamento-ou-recuperacao-ambiental-5-vidas-contam-os-impactos-no-periodo.ghtml>>. Acesso em: 06 de jul. de 2021

TRAGÉDIA em Mariana completa 1 ano e centenas de moradores protestam. *G1*, Minas Gerais, 05 de mar. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/11/tragedia-em-mariana-completa-1-ano-e-centenas-de-moradores-protestam.html>>. Acesso em: 25 de abr. de 2021

TRÊS anos após tragédia de Mariana, sentir-se em casa novamente ainda é sonho de atingidos. *G1*, Minas Gerais, 05 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/11/05/tres-anos-apos-tragedia-de-mariana-sentir-se-em-casa-novamente-ainda-e-sonho-de-atingidos.ghtml>>. Acesso em: 07 de out. de 2020

UM ano do desastre de Mariana: o que foi e o que não foi feito para reparar os danos. *El País*, 07 de nov. de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/04-politica/1478293515_402075.html>. Acesso em: 02 set. 2020.

VEJA lista de mortos e desaparecidos no rompimento de barragem em MG. *GI*, 07 de nov. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>> Acesso em: 02 set. 2020.